



Enfoque: Reflexão Contábil

ISSN: 1517-9087

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

da Costa Santos, Leandro; Alves Diniz, Josedilton
Um estudo sobre a relação entre a religiosidade e o raciocínio moral dos alunos de
Ciências Contábeis
Enfoque: Reflexão Contábil, vol. 35, núm. 3, septiembre-diciembre, 2016, pp. 83-101
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307147557006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Um estudo sobre a relação entre a religiosidade e o raciocínio moral dos alunos de Ciências Contábeis
 Doi: 10.4025/enfoque.v35i3.32754

Leandro da Costa Santos

Bacharel em Ciências Contábeis pela UFPB.
 E-mail: leandrosantoscont@gmail.com

Joséilton Alves Diniz

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela USP, Professor da Universidade Federal da Paraíba e Auditor/TCEPB.
 E-mail: josedilton@gmail.com

Recebido em: 15.07.2016

Aceito em: 08.09.2016

2ª versão aceita em: 18.09.2016

RESUMO

Este estudo objetivou verificar a relação entre a religiosidade e o raciocínio moral dos alunos de Ciências Contábeis, para isto, primeiramente descreveu-se a religiosidade e o raciocínio moral dos indivíduos, correlacionando-os em seguida. Para mensuração da religiosidade usou-se da Escala de Maturidade da Fé, desenvolvida por Benson, Donahue, Erickson (1993). Para mensuração do raciocínio moral usou-se o *Defining Issues Test -2* elaborado por Rest e Narvaez (1998). A amostra resultou de 67 alunos concluintes do curso de Ciências Contábeis de duas universidades da Paraíba, e a confiabilidade interna dos instrumentos de pesquisa foi feita através do modelo definido por Cronbach (1951). Para averiguar a relação entre a religiosidade e o raciocínio moral utilizou-se o coeficiente de correlação não-paramétrico de *Spearman* (*rs*). Os resultados evidenciaram que a maioria dos respondentes tem sua fé classificada como integrada. Quanto ao raciocínio moral, a maioria dos respondentes foi classificada no nível de manutenção das normas, o que indica que para a maioria dos indivíduos o cumprimento das leis e normas é o mais importante. Ainda sobre o raciocínio moral, quando se analisou por tipo constatou-se que a maioria dos indivíduos se enquadrara no tipo 2 (Interesse Pessoal, mas em transição), os indivíduos deste tipo quando envolvidos em dilemas morais, tendem a privilegiar seus próprios interesses. No que tange a relação entre religiosidade e raciocínio moral, constatou-se que não existem evidências relevantes que a confirme, uma vez que a relação entre ambas as variáveis não se mostrou significativa.

Palavras-chave: Ética – Contabilidade; Conduta Moral; Religiosidade; Raciocínio moral.

A study about the relation between religiousness and the moral reasoning of accounting undergraduate students

ABSTRACT

This study aimed to verify the relation between religiousness and the moral reasoning of Accounting undergraduate students. To achieve that, the religiousness and moral reasoning of the subjects were first described and, subsequently, correlated. In order to measure religiousness, the Faith Maturity Scale developed by Benson, Donahue, Erickson (1993) was used. The measuring of moral reasoning, on the other hand, was carried out using the Defining Issues Test -2 created by Rest and Narvaez (1988). The sample was drawn from 67 Accounting undergraduate students, in their last semester of College, from two universities in Paraíba, and the internal consistency reliability test of the research instruments was carried out using the model defined by Cronbach (1951). To verify whether there is a relation between religiousness and moral reasoning, the Spearman (*rs*) non-parametric correlation coefficient was used. The main results revealed that the majority of the subjects have their faith classified as integrated. As for moral reasoning, most of the subjects were classified in the level of maintaining the norms, which indicates that, for the bulk of subjects, the conformity to the laws and

norms is the most important thing. Still on moral reasoning, it has been shown that, when analysed by type, most individuals fall into type 2 (personal interest, but in transition), with the important observation that individuals of this type, when involved in moral dilemmas, tend to prioritise their own interests. With regards to the analysis of the relation between religiousness and moral reasoning, it's been demonstrated that there is no relevant evidence that confirms it, since the relation between both variables was not significant.

Keywords: Ethics – Accounting; Moral conduct; Religiousness; Moral reasoning.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que existem vários fatores que norteiam a conduta humana, entretanto, existe uma dificuldade em se compreender esses fatores pelos quais as pessoas direta ou indiretamente são guiadas à tomarem, ou não, certas decisões. Estudos precedentes, como os de Ford e Richardson (1994), Alves (2005), Loe et al., (2000), Smith et al. (2007) e Antonovz (2010) apresentam vários fatores que podem afetar e ampliar a formação de padrões éticos de um indivíduo, estes fatores são divididos em individuais que são inerentes a formação do indivíduo como pessoa social (idade, sexo, religiosidade e etc.) e situacionais que representam forças que geram ou não pressão no indivíduo, capazes de encorajar ou desencorajar a prática da moral (recompensas, punições, influências dos grupos de trabalho e etc.).

Ao abordarem variáveis influentes nas decisões morais, estes estudos acabam destacando que por trás de balanços, estatísticas, gráficos e números, estão as mãos que os elaboram, e estas por sua vez, são guiadas por indivíduos que tomam decisões morais diariamente; e que o melhor entendimento dos fatores que moldam os padrões éticos dos futuros contabilistas ajudará as instituições de ensino à desenvolverem um currículo ético apropriado.

Em estudos sobre os escândalos contábeis, dilemas éticos e desafios educacionais, os pesquisadores Lowa, Davey e Hooper (2008) relatam que escândalos contábeis continuam a castigar a sociedade, mesmo agora que as pessoas se encontram melhores educadas. Salientando que por trás de cada escândalo se encontra uma possível falta de moral em "pessoas cultas". No limiar dos pensamentos os autores citam Theodore Roosevelt, 26º Presidente dos Estados Unidos da América (1901-1909), o qual menciona que "educar a mente de uma pessoa, mas não a moral, é educar uma ameaça à sociedade".

O ensino da contabilidade foi criticado pelo ex-presidente dos Estados Unidos da América George W. Bush, logo após o colapso da Enron, o qual afirmou que a academia seria a principal responsável pelo comportamento dos profissionais envolvidos. (AMERNIC; CRAIG, 2004). Desse modo, Francis (1990), esclarece que devido a importância da contabilidade para a sociedade, escolhas contábeis tendem também a ser escolhas morais, devendo o profissional contábil perceber a importância da sua contribuição para a sociedade.

Sobre o tema, Bay e Greenberg (2001) comentam que é necessário que os alunos sejam educados não só no que vem ou não a ser ético, mas que sejam estimulados a desejarem agir eticamente, desenvolvendo um sentimento de compromisso moral em relação a outras pessoas. Nesse sentido, os autores deixam claro que a mera existência de regras ou normas não é capaz de sozinhas, gerarem no indivíduo a vontade de agir eticamente.

Neste contexto, a religiosidade é considerada por alguns pesquisadores (CONROY; EMERSON, 2004; LOWERY; BEADLES, 2009; HO, 2009), como uma forte influente das atitudes morais, sendo definida como o grau de prioridade e compromisso que um indivíduo possui e acredita sobre certos traços e princípios religiosos ou mesmo eventos. Assim, a religiosidade é mensurada a partir de pesquisas, que são feitas mediante a construção e validação de alguns instrumentos de mensuração e escalas, sendo construídos a partir de reflexões teóricas e observações de populações.

No que tange as pesquisas sobre o raciocínio moral, o qual constitui um processo importante para a compreensão da tomada de decisão ética por parte dos futuros contabilistas, La Taille (1994) identifica que se iniciaram na década de 1930 com Jean Piaget. Seguindo os passos de Piaget, o psicólogo Lawrence Kohlberg e sua equipe, desenvolveram uma

teoria a respeito do raciocínio moral de adolescentes e adultos, no qual enfatizou-se as bases cognitivas do julgamento moral e seus efeitos nas ações morais.

Em resposta aos trabalhos de Kohlberg, foi desenvolvido por Rest (1986) um teste conhecido como *Defining Issues Test* (DIT), que utilizava seis cenários abrangendo questões morais. Sobre o teste, Alves (2005, p. 43) destaca que "o DIT vem sendo aplicado em mais de 500 projetos de pesquisa que envolvem desenvolvimento moral, porém no Brasil são escassos os testes nas áreas de Contabilidade e Administração". Nesse prisma, conforme destacado por Ponemon (1992), o estudo sobre o desenvolvimento da capacidade moral cognitiva em estudantes de contabilidade é desejável, pois esta, está associada a melhores tomadas de decisões éticas na prática contábil.

Assim, como os estudantes de Ciências Contábeis serão a próxima geração de contadores ou envolvidos no ambiente de contabilidade, e na premissa de que se faz essencial o estudo sobre os fatores que influenciam a formação de padrões éticos destes futuros contabilistas, chegou-se a seguinte questão problema: Qual a relação entre a religiosidade e o raciocínio moral dos alunos de Ciências Contábeis?

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é verificar a relação entre a religiosidade e o raciocínio moral dos alunos de Ciências Contábeis. Para o alcance do objetivo geral traçou-se os seguintes objetivos específicos: a) descrever os aspectos da religiosidade; b) descrever os aspectos do raciocínio moral; e c) correlacionar a religiosidade e o raciocínio moral.

O presente estudo se justifica por prover dados objetivos e auxiliares para o dimensionamento de questões relativas a religiosidade e suas possíveis relações com o raciocínio moral, proporcionando geração de conhecimento indispensável ao desenvolvimento de novos estudos. Salienta-se também, a escassez de pesquisas e estudos sobre variáveis influentes nas decisões éticas, assim como o quanto a profissão contábil é importante para a sociedade, a qual necessita de profissionais com uma melhor compreensão ética.

A fim de se obter a resposta para o problema

proposto, na presente pesquisa, apenas as variáveis individuais serão abordadas. No que tange o conceito de ética e moral, estas serão tratadas como sinônimos nos próximos capítulos, conforme Chauí (1994, p. 340) considera, pois se referem a um "conjunto de costumes tradicionais de uma sociedade e que, como tais, são considerados valores e obrigações para a conduta de seus membros."

Dessa forma, apresenta-se este estudo, elaborado em cinco seções que, além desta (1) introdução, conta com: (2) um referencial teórico acerca do processo de desenvolvimento cognitivo moral e sobre os fatores influentes na conduta ética dos indivíduos; (3) os procedimentos metodológicos que explicam como a pesquisa foi realizada; (4) a análise dos principais resultados; e, por fim, (5) as considerações finais e limitações do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO MORAL

O desenvolvimento cognitivo moral é um tema constante na literatura o qual discorre sobre o processo de tomada de decisão ética. Esse assunto veio a se tornar um campo de pesquisa a partir dos estudos feitos com crianças por Jean Piaget na década de 1930. Piaget compreendeu que o conhecimento é um processo em crescimento no cérebro, construído por caminhos logicamente estruturados, que se iniciam com baixo nível de significados lógicos e se estabelecem no adulto com altos níveis de processo lógico (Bonawitz, 2002).

Dessa maneira, a partir da pesquisa de Piaget, Lawrence Kohlberg enfatizou as bases cognitivas do julgamento moral e seus efeitos nas ações morais. Para Kohlberg (1992), o desenvolvimento moral apresenta um componente básico cognitivo estrutural o qual se firma na capacidade dos indivíduos de fazer juízos e julgamentos morais com base em aspectos argumentativos e justificadores. Esse processo de desenvolvimento do juízo moral, então, acontece em um movimento ascendente sem retrocesso, cada indivíduo move-se gradualmente, do estágio 1 para o estágio 2 e deste para o imediatamente superior, completando um processo natural e individual por via de três níveis: pré-

convencional, convencional e pós-convencional, completando seis estágios.

Sobre o tema Shimizu (2004) esclarece que no primeiro nível moral, o “pré-convencional” (estágios 1 e 2), a criança comprehende a existência das regras, do bem e do mal; todavia, não as entende, pois o valor moral está localizado em acontecimentos externos e é baseado no poder físico de quem estipula a regra moral. No que tange o nível convencional (estágios 3 e 4), este detém como significado a conformidade e manutenção das normas mediante a

identificação do indivíduo com a ordem social ajustada, a fim de preservar a lealdade para com a família, o grupo ou a nação.

Passível de ser atingido apenas por uma minoria de adultos, se encontra o nível pós-convencional (estágios 5 e 6). Nessa fase a lei recebe legitimização quando garante a proteção dos direitos de todos. Dessa maneira, conforme destaca Shimizu (2004, p. 5) “as decisões morais corretas vão além do âmbito sócio-legal, pautando-se na consciência de direitos baseados em princípios éticos universais.”

I) Nível pré-convencional	
<i>Este nível é característico da maioria das crianças até por cerca dos 9 anos de idade, e é baseado em necessidades individuais</i>	
Estágios	1 – Orientação para a punição e a obediência: o moralmente correto é aquele que não é punido.
	2 – Hedonismo Instrumental Relativista: a ação moralmente correta é baseada em termos do prazer ou da satisfação das necessidades da pessoa.
II) Nível convencional	
Baseado no desempenho correto de papéis e no atendimento de expectativas	
Estágios	3 – Moralidade do bom garoto, de aprovação social e relações interpessoais, neste estágio o comportamento moralmente certo é pautado na aprovação do outro.
	4 – Orientação para lei e ordem: existe um grande respeito pela autoridade, por regras fixas e pela manutenção da ordem social
III) Nível pós-convencional	
<i>Moralidade por princípios universalizantes</i>	
Estágios	5 – Orientação para o contrato social: as leis não são consideradas válidas pelo mero fato de serem leis, admitem que elas podem ser injustas e devem ser mudadas.
	6 – Princípios universais de consciência: o indivíduo reconhece os princípios morais universais da consciência individual e age de acordo com eles. No caso das leis serem consideradas injustas e não puderem ser modificadas o indivíduo resiste ao invés de se conformar com o poder estabelecido e com a autoridade.

Quadro 1 - Níveis e estágios de Desenvolvimento Moral de Kohlberg (1992).

Fonte: Adaptado de Shimizu (2004).

Sobre o assunto, Kohlberg (1981) destaca que a sequência de desenvolvimento não é afetada de forma significativa pela diversidade social, cultural e religiosa, podendo haver apenas variações de ritmo em que os indivíduos progridem nessa sequência.

Essa noção de estágios rígidos propostos por Kohlberg foi alvo de várias críticas, em que posteriormente o referido autor veio a

reconhecer o âmbito pouco alargado das suas pesquisas e até mesmo da sua teoria, destacando a necessidade de se introduzir novas variáveis e constructos, para uma melhor explicação do fenômeno moral.

2.2 A ABORDAGEM NEO-KOHLBERGUIANA

Apesar da importância dada pelo meio

científico à teoria de Kohlberg e sua metodologia de investigação, esta não ficou livre de críticas. Nesse note, alguns teóricos adeptos à abordagem neo-kohlbergiana, em especial Rest, Narvaez, Bebeau e Thoma (1999), idealizadores dos *Defining Issues Tests* 1 e 2, cientes dos principais problemas teóricos e metodológicos da teoria de Kohlberg, têm se empenhado na reformulação de alguns de seus aspectos, como a substituição do uso de estágio moral para esquema moral.

O conceito de esquema foi originalmente usado por Bartlett (1932 apud RESENDE, 2011), onde se referia a estruturas de conhecimento gerais, alocadas na memória a longo prazo, em que seriam “ativados” sempre que um estímulo se parecesse com estímulos anteriormente “armazenados”.

Em resumo, o conceito de esquemas proposto por Rest e colaboradores amplia e melhora os estágios rígidos propostos por Kohlberg, tendo em vista que o desenvolvimento ocorre em virtude da frequência com que determinados esquemas são ativados dia-a-dia e não tanto através da lógica de desenvolvimento “em escada” assumido por Kohlberg com a sua noção de estágio, tornando a teoria do desenvolvimento moral mais dinâmica.

Neste norte Rest et al. (1999) estabeleceram três estruturas no desenvolvimento do pensamento moral: o esquema do interesse pessoal (o qual deriva dos estágios de Kohlberg 2 e 3), o esquema da manutenção das normas (o qual deriva do estágio 4 de Kohlberg) e o esquema pós-convencional (que deriva dos estágios 5 e 6).

No esquema de interesse pessoal, o indivíduo justifica uma decisão como moralmente correta, sob o enfoque das consequências que sua ação trará para si, limitando-se a preocupar-se apenas consigo mesmo. No que tange o esquema de manutenção das normas, o indivíduo se encontra apto a identificar práticas estabelecidas, a orientar-se por leis e normas, detendo grande respeito pela autoridade, por regras fixas e pela manutenção da ordem social. Quanto ao esquema pós-convencional, o indivíduo percebe que as obrigações morais devem se basear em ideais partilhados, recíprocos e estão abertos a consistência lógica e coerência com a prática aceite.

2.3 DEFINING ISSUES TEST (DIT)

O *Defining Issues Test* (DIT) foi desenvolvido por James Rest e colaboradores em 1979, conforme destaca Shimizu (2004), como uma alternativa metodológica de “papel e lápis” à entrevista semiestruturada usada por Kohlberg, onde os indivíduos verbalizavam a resolução dos dilemas morais, através da explicação do seu raciocínio. Neste interim, os autores do DIT reclama a possibilidade de medir o desenvolvimento do raciocínio moral sem a necessidade de entrevistar, interpretar e pontuar as competências verbais dos participantes.

Resende (2011) entende que a técnica da entrevista usada por Kohlberg, em contraposição com o uso de tarefas de múltipla escolha, em que se privilegia o conhecimento tácito e implícito, através do uso do DIT, foi a justificação para os neo-kohlbergianos redimensionarem a noção de estágio usada por Kohlberg para a noção de esquema. Neste prisma, o referido autor afirma que “o DIT é considerado um método eficiente em ativar os esquemas morais, tendo em linha de conta que os respondentes já os desenvolveram”.

Ao longo do tempo consequentemente a perspectiva teórica dos neo-kohlbergianos foi revista, e em uma dessas revisões Rest (1986) acreditando que durante cada período de desenvolvimento moral as pessoas têm acesso e continuam a usar vários estágios morais, acabou propondo um questionamento sobre o comportamento moral de um indivíduo e o que poderia acontecer psicologicamente para que tal fato acontecesse. Ele propôs em sua teoria, que em determinada situação, um indivíduo poderia passar por, no mínimo, quatro processos psicológicos que precisam ser ativados e coordenados para que a ação moral ocorra:

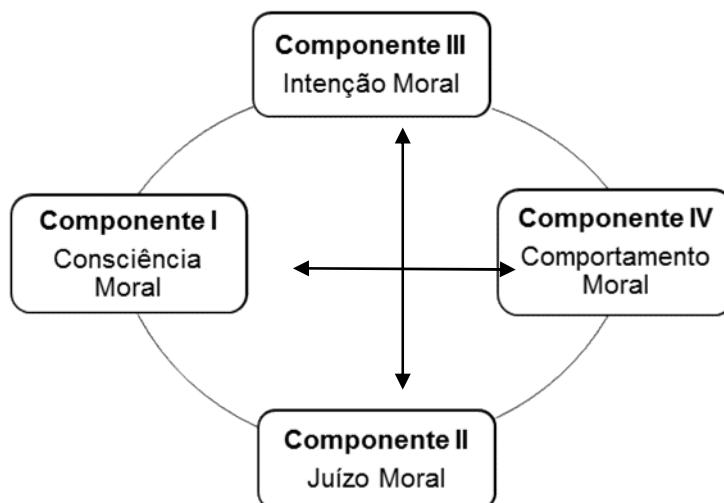
Situação	Ação
Consciência moral	Interpretar a ação em termos de possíveis ações como estas podem afetar os outros
Raciocínio ou Juízo Moral	Julgá qual o curso da ação é o mais moralmente certo
Intenção Moral	Dar prioridade para o que é moralmente certo entre outras opções
Ação ou Comportamento moral	Demonstrar força e habilidade para seguir a intenção de agir corretamente

Quadro 2 - Componentes da ação moral.

Fonte: Adaptado de Rest (1986).

Em primeiro plano o indivíduo deveria deter a aptidão de interpretar determinada situação como sendo moral. Em seguida, esta pessoa já deveria ser capaz de resolver qual direcionamento de sua decisão é o moralmente aceito, avaliando qual das opções detidas são moralmente aceitas. Na terceira fase, o indivíduo deveria dar prioridade aos valores morais sobre outros do

comportamento humano, salienta-se que a preocupação principal nesta fase é: por quê ser moral? Por fim, o indivíduo deve agir na implementação do comportamento moral. Complementando o assunto, Resende (2011, p. 31) destaca que estes “componentes operam em conjunto e em interação, pelo que quando se analisa um deles, deverá sempre haver a preocupação em saber como os restantes o influenciam.

**Figura 1 – Modelo dos 4 componentes de Rest.**

Fonte: Adaptado de Resende (2011, p. 32).

Destaca-se que há uma distinção entre cada componente do processo e os demais, no qual o sucesso em determinado estágio não implica necessariamente sucesso em nenhum outro (JONES, 1991). Desse modo, uma pessoa que detenha a capacidade de fazer juízes e julgamentos morais bem desenvolvida, poderá não vir a usá-la para tomar uma decisão moral.

Destaca-se que atualmente existe uma nova versão americana desse tipo de instrumento,

elaborada por Rest e Narvaez (1998), denominada de DIT-2. Em estudos feitos até o momento, comparando-se o DIT-1 com o DIT-2, este tem-se demonstrado mais moderno, mais curto, possui instruções mais claras e dinâmicas, invalida um número menor de sujeitos pelo teste de não-confiabilidade e parece produzir uma tendência sutilmente mais forte de validade e confiabilidade.

2.4 FATORES QUE AFETAM AS DECISÕES ÉTICAS

2.4.1 Fatores individuais

Sabe-se que para que o indivíduo tome uma decisão ética, é necessário um conjunto de valores fundamentais, que advêm dos próprios princípios morais da sociedade na qual o indivíduo se desenvolve, assim como de algumas características inerentes. Neste contexto Sá (2001) relata que nenhum ser é concebido bom ou mau, pois certas características podem ser influenciadas por fatores e muitos deles são inerentes a cada pessoa, influenciando e diferenciando o comportamento de cada ser.

Assim, o indivíduo carrega em si um grupo de fatores individuais interligados o qual acaba por norteá-lo nas suas escolhas, fatores estes inerentes à formação do indivíduo como pessoa social, em que de acordo com Ford e Richardson (1994, p. 206) podem “decorrer do nascimento (idade, sexo, nacionalidade), do desenvolvimento do indivíduo e do processo social (valores, formação educacional, formação profissional, religião e etc.)”. Desta maneira, alguns fatos são explicados como, por exemplo, irmãos que foram criados e educados de forma idêntica, divergirem em relação a maneira de agir.

Várias são as pesquisas sobre os fatores que influenciam a conduta ética dos alunos de Ciências Contábeis, em sua maioria direcionados ao estudo da influência do gênero e da idade (EMERSON; STANLEY; CONROY, 2007; LOPES ET AL. (2006; ABDOLMOHAMMADI; READ; SCARBROUGH, 2003), entretanto, enquanto inúmeras variáveis que se relacionam com a conduta ética têm sido estudados há décadas, existe apenas um pequeno número de pesquisas em relação à religiosidade.

2.4.2 Religiosidade e Conduta Ética

A religiosidade é definida por Panzini et al. (2007) como a extensão na qual um indivíduo acredita, segue e pratica determinada religião. Neste norte Silva e Siqueira (2009), salientam que a religião é da ordem do institucional, enquanto a religiosidade é compreendida na dimensão pessoal, sendo esta, expressão ou prática do crente que pode estar relacionada com uma instituição religiosa. Desta maneira, embora haja uma diferenciação de termos, não se pode entender a religião e a religiosidade como realidades dissociadas. No contexto deste estudo, a religiosidade é tida

como dedicação a própria fé pessoal, representada pelo grau de prioridades, compromissos e perspectivas sobre certos traços religiosos ou eventos (BENSON; DONAHUE; ERICKSON, 1993).

Alguns pesquisadores chegaram a resultados positivos ao examinarem a relação entre o desenvolvimento moral e a religiosidade, como Conroy e Emerson (2004), que ao realizarem pesquisas com alunos, concluíram que a religiosidade é uma forte influência nas atitudes éticas. Smith et al. (2007) concluíram que a religiosidade pode estar relacionada com a ampliação e formação de padrões éticos de um indivíduo. Lowery e Beadles (2009), chegaram a conclusão de que a religiosidade é um preditor significativo de valores morais no local de trabalho. Ho (2009) analisou a relação entre o raciocínio ético e as crenças religiosas em estudantes de contabilidade em Taiwan, chegando a conclusão de que existe uma correlação entre crenças religiosas e raciocínio moral nos alunos estudados.

Entretanto, outros pesquisadores chegaram a conclusões divergentes das apresentadas, como a pesquisadora Hickman (2013) a qual concluiu que nem a participação em uma faculdade que detenha uma filiação religiosa, nem a religiosidade influenciam o nível de raciocínio moral dos estudantes de contabilidade. Gorjidoor e Greenman (2014), pesquisaram sobre a relação entre o estado civil, a religiosidade e anos de experiência para a tomada de decisão ética pelos profissionais contabilistas, ao concluírem a pesquisa, identificaram que não existe relação estatisticamente significativa entre a religiosidade e a tomada de decisão ética.

Desta maneira, cabe salientar que quando o assunto é conduta moral e a influência da religiosidade, não existe um consenso definido sobre o tema, tendo em vista sua difícil mensuração e escassez de literatura. Todavia a busca para preencher a lacuna existente sobre a relação entre religiosidade e as capacidades de raciocínio moral dos estudantes de contabilidade, se demonstram cada vez mais importantes, tendo em vista que conforme comentam Gorjidoor e Greenman (2014), “os contadores tomam decisões éticas diariamente, e quando eles perdem de vista os valores éticos, pode ser muito caro para as suas empresas, seus funcionários e seus investidores”, prejudicando assim toda a sociedade.

Desse modo, conforme literatura sobre o tema e em convergência com o objetivo proposto que é a verificação da relação entre a religiosidade e o raciocínio moral dos alunos de Ciências Contábeis, obteve-se a seguinte

hipótese de pesquisa:

Hipótese 1: Há uma relação entre a religiosidade e o raciocínio moral dos alunos de Ciências Contábeis.

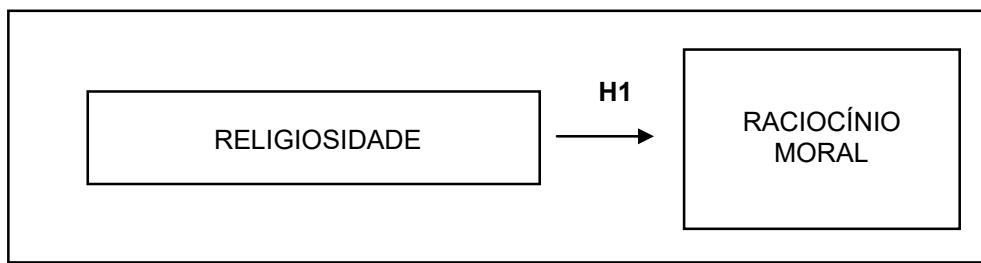


Figura 2 – Modelo da hipótese investigada.

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

e, 19 (28%) são alunos da UNIPÊ.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 TIPOLOGIA DE PESQUISA

Dadas as características do presente estudo, esta pesquisa investigativa embasou-se no procedimento analítico clássico da busca de resultados, advindos das três categorias de pesquisa: quanto aos objetivos, optou-se pela pesquisa exploratória e descritiva; quanto aos procedimentos, pela pesquisa bibliográfica e levantamento ou survey; e, quanto à abordagem do problema, optou-se pelo enfoque quantitativo. O escopo do tópico é delineado para um estudo estatístico, pois este tenta capturar as características de uma população, nesse caso, os alunos concluintes de contabilidade, e fazer inferências das características desta amostra.

3.2 AMOSTRA

A população alvo desta pesquisa compreende os alunos concluintes do último período do curso de Ciências Contábeis de duas Instituições de Ensino superior – IES, sendo uma pública (Universidade Federal da Paraíba - UFPB) e uma privada (Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ), ambas localizadas no município de João Pessoa no Estado da Paraíba, no período de março a abril de 2016. Salienta-se que o questionário foi aplicado para os alunos, nas salas de aula das instituições. O estudo foi conduzido tendo como amostra um total de 67 sujeitos, sendo que deste total 48 (72%) são alunos da UFPB

3.3 INSTRUMENTO DE MENSURAÇÃO

A presente pesquisa contou com a aplicação de dois instrumentos de coleta de dados: a Escala de Maturidade da Fé, que enfatiza os valores e manifestações comportamentais da fé indo além dos conteúdos das crenças; e o *Defining Issues Test 2* (DIT-2), que tem o intuito de investigar o nível de raciocínio moral dos jovens.

3.3.1 Mensuração da religiosidade – Escala de Maturidade da Fé

Como medida de mensuração para a religiosidade, utilizou-se na presente pesquisa a versão curta da *Faith Maturity Scale* (Escala de Maturação da Fé - EMF em tradução livre) elaborada por Benson, Donahue e Erickson (1993). Esta escala enfatiza os valores e manifestações comportamentais da fé indo além dos conteúdos das crenças, e é composta por 12 itens selecionados para refletir o compromisso de uma pessoa com sua religião. Os respondentes avaliam os itens usando uma escala *likert* de resposta de sete pontos (1 para nunca aceitável e 7 para sempre aceitável).

Destaca-se que a EMF representa uma medida enxuta, breve e independente da religião do participante, o que se encaixa no contexto brasileiro, pois como se sabe o Brasil é um país laico em que predomina diversas crenças religiosas, distribuídas segundo pesquisa feita pelo IBGE (2010), do seguinte modo: católicos (64,63%), protestantes

(22,16%), Pessoas que confessam não ter religião (8,04%) e pessoas de outras religiões(religiões orientais, islamismo, judaísmo, Espírita, Umbanda e Candomblé) (5,17%).

Item	Afirmiação
1	Eu ajudo os outros com as suas questões religiosas e preocupações
2	Eu busco oportunidades que me ajudam a crescer espiritualmente.
3	Eu sinto um forte senso de responsabilidade para reduzir a dor e o sofrimento no mundo.
4	Eu costumo doar porções significativas de tempo e dinheiro para ajudar outras pessoas.
5	Sinto que a minha fé/crença conduz o meu relacionamento com outras pessoas.
6	Minha vida está cheia de significado e propósito.
7	Eu me importo sobre as desigualdades e injustiças econômicas e sociais no Brasil e em todo o mundo.
8	Eu tento ver questões políticas e sociais na perspectiva da minha fé/religião.
9	Minha vida está comprometida com a minha fé/crença a qual sirvo.
10	Eu converso com outras pessoas sobre a minha fé/crença.
11	Eu tenho uma sensação real de que a minha fé/crença está me guiando.
12	Eu sou movido espiritualmente pela beleza da minha fé/crença.

Quadro 03 - Escala de Maturidade da Fé.

Fonte: Adaptado de Benson, Donahue e Erickson (1993).

A Escala de Maturidade da Fé é composta por duas diferentes dimensões a *dimensão vertical* que enfatiza manter e honrar uma relação com o divino e a *dimensão horizontal* que capta a ênfase em servir a humanidade/sociedade, em misericórdia e justiça. Sobre o assunto Saat, Porter e Woodbine (2009) esclarecem que a *dimensão vertical* é representada pelos itens 5, 6, 9, 10, 11 e 12 da EMF, enquanto a *dimensão horizontal* é representada pelos itens 1, 2, 3, 4, 7 e 8. Ressalta-se que tal classificação é consistente com a classificação feita por Benson, Donahue e Erickson (1993), exceto para o item 2, que foi rotulado originalmente como um componente vertical. Na presente pesquisa o item 2 será considerado na dimensão horizontal conforme classificação feita por Saat, Porter e Woodbine (2009).

Baseado nesses dois fatores (vertical e horizontal), os criadores da EMF (BENSON; DONAHUE; ERICKSON, 1993) estenderam a

classificação em quatro categorias:

- a) fé Integrada, abrangendo as dimensões vertical e horizontal ambas positivas. Representa um nível elevado de maturidade da fé, identificado quando o indivíduo dedica-se ao divino e a sociedade na mesma intensidade;
- b) fé não desenvolvida, abrangendo as dimensões vertical e horizontal ambas negativas. Nesse nível o indivíduo não dedica-se nem ao divino nem a sociedade;
- c) fé horizontal, abrangendo a dimensão vertical negativa e horizontal positiva. Representa a ênfase em servir a humanidade/sociedade;
- d) fé vertical, abrangendo a dimensão vertical positiva e horizontal negativa. Representa o compromisso em relação ao que é divino.

Relacionamento com o divino (Dimensão vertical representada pelos itens 5, 6, 9, 10, 11 e 12)

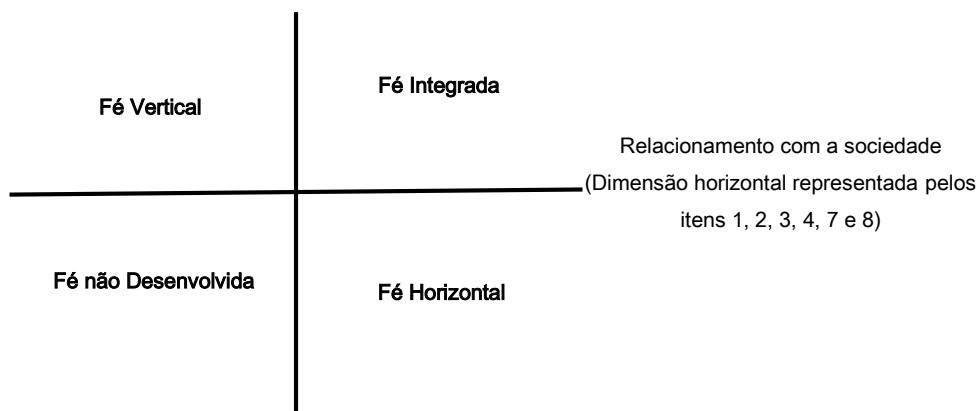


Figura 3 – Modelo dos tipos de religiosidade de Benson, Donahue e Erickson.

Fonte: Adaptado de Saat, Porter e Woodbine (2009, p. 29).

Saat, Porter e Woodbine (2009) explicam que a maturidade da fé pode ser identificada com base na extensão de comprometimento que um indivíduo tem com sua fé no divino assim como o compromisso com a sociedade, medido pelas doze declarações da versão curta da Escala de Maturidade Fé, mesurada de acordo com o grau de concordância dos respondentes. Desse modo, o maior nível de religiosidade é alcançado quando um indivíduo dedica-se a sua fé e detém na mesma intensidade preocupações para com o bem estar da sociedade.

3.3.2 Análise do comportamento moral - Defining Issue Test - 2 (DIT-2)

Para a análise do comportamento moral foi utilizado o DIT- 2 de Rest e Narvaez (1998), e que detém foco teórico na distinção entre pensamento pré-convencional convencional e pós-convencional. Por ser um teste com direitos autorais, é necessário obter a permissão do seu uso através da compra pelo site *Center for the Study of Ethical Development*, mesmo que não se utilize da versão em inglês. No que tange a versão brasileira do DIT-2, destaca-se que foi traduzida e adaptada por Biaggio, Shimizu e Martinez (2001), sendo necessário solicitar autorização aos citados pesquisadores para

sua utilização.

O DIT-2 é um teste objetivo, constituído de cinco dilemas morais (pequenas histórias hipotéticas sobre problemas sociais), que são os seguintes:

- 1) "Fome" – no presente dilema um pai pensa em roubar comida para a sua família que passa fome. O roubo seria no armazém de um homem rico que possui comida em elevada quantidade;
- 2) "Repórter" – neste outro dilema a repórter de um jornal deverá decidir se torna público ou não uma matéria que terminaria com a chance de um candidato político vencer as eleições;
- 3) "Distrito educacional" – neste caso o coordenador de um distrito educacional de uma escola, deve decidir se mantém ou não uma série de reuniões abertas ao público, tendo em vista seu conteúdo litigioso e perigoso;
- 4) "Câncer" – neste dilema um médico deverá decidir se dar ou não uma dose muito elevada de analgésico a um doente com câncer de intestino em fase terminal;
- 5) "Manifestação" – neste dilema os estudantes universitários manifestam-se

contra o fato de seu país usar poder militar para obter vantagem política.

Após o final de cada história, o respondente indica o quanto é favorável à possível ação do protagonista da história nas seguintes opções: a) sou extremamente favorável à ação; b) sou favorável à ação, c) sou ligeiramente favorável à ação, d) sou neutro (a) em relação à ação; e) sou ligeiramente contra a ação; f) sou contra a ação; g) sou extremamente contra a ação.

Dando prosseguimento ao teste, é apresentado ao respondente 12 afirmações, em que para cada afirmação, deverá ser assinalado o quanto relevante é aquela sentença para o indivíduo, havendo uma escala de cinco graus de importância para a sua resolução (máxima; muita; média; pouca; nenhuma). Após assinalar os 12 itens, o indivíduo deve ordenar os quatro itens mais importantes para a solução do dilema (a primeira afirmação mais importante, a segunda, a terceira e a quarta).

Kadooka (2015) destaca que o DIT-2 prediz os padrões de respostas que os sujeitos utilizam para resolver os conflitos existentes nos dilemas morais, avaliando o grau e a consistência das respostas em cada nível ou esquema moral. Dessa maneira através de sua análise obtém-se, dentre outros resultados, quatro índices ou esquemas, que são uma pontuação média em porcentagem. São eles:

- a) Interesse pessoal ou pré-convecional;
- b) Manutenção das normas ou convencional;
- c) Índice P ou pós-convencional;
- d) Índice N2.

O esquema de interesse pessoal corresponde aos estágios 2 e 3, o de manutenção das normas ao 4 e o Índice P aos 5 e 6. O índice P, é na verdade o resultado ponderado da soma obtida da ordenação dos itens pertencentes aos esquemas “pós-convencionais”, podendo ser interpretado, de acordo com Bebeau e Thoma (2003) com que frequência o testando optou por respostas do nível pós-convencional para a resolução dos dilemas.

No que diz respeito ao índice *N2* (*New Index Core*), este representa não só o grau de prioridade aos itens “pós-convencionais” como também o quanto os sujeitos tendem a rejeitar os itens com argumentações de níveis inferiores em que os itens de “interesses pessoais” são preteridos em favor dos itens “pós-convencionais”.

3.4 TRATAMENTO ESTATÍSTICO DOS DADOS

Após a coleta e a devida codificação das variáveis examinadas, utilizou-se para a análise estatística das questões o software SPSS – (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 22.0. Dentre as demais técnicas, utilizou-se das análises descritivas, entre elas a média e o desvio padrão, assim como o *Alfa de Cronbach* para verificação da validade interna dos questionários. Para averiguar se existe relação entre a religiosidade e o raciocínio moral utilizou-se o coeficiente de correlação não-paramétrico de *Spearman* (*rs*).

Desse modo a religiosidade é representada pela média entre as dimensões horizontal e vertical da Escala de Maturidade da Fé, em que o maior nível de religiosidade é alcançado quando o indivíduo se dedica ao divino (dimensão vertical) assim como as pessoas ao seu redor (dimensão horizontal). No que tange o raciocínio moral, este corresponde aos escores obtidos nos esquemas morais de interesse pessoal, manutenção das normas e pós-convencional obtidos através do DIT-2.

4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADO

4.1 CARACTERÍSTICAS DOS RESPONDENTES

Em relação à religião, 30 respondentes (44,8%) relataram ser católicos, 22 (32,8%) evangélicos e 15 (22,4%) relataram não possuir nenhuma religião, as demais opções religiosas (espírita, judaísmo, islamismo, budismo, hinduísmo, religiões-afro e etc.) não foram detectadas, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Caracterização dos respondentes quanto a religião.		
Religião	Frequência	Percentual
Católica Romana	30	44,8
Evangélica	22	32,8
Não possui religião	15	22,4
Total	67	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

4.2 CLASSIFICAÇÃO DA RELIGIOSIDADE CONFORME ESCALA DE MATURIDADE DA FÉ

Para validação interna da Escala de Maturidade da Fé, utilizou-se *alfa de Cronbach*, obtendo-se o valor de 0,917, sugerindo evidências de confiabilidade para o presente instrumento de pesquisa.

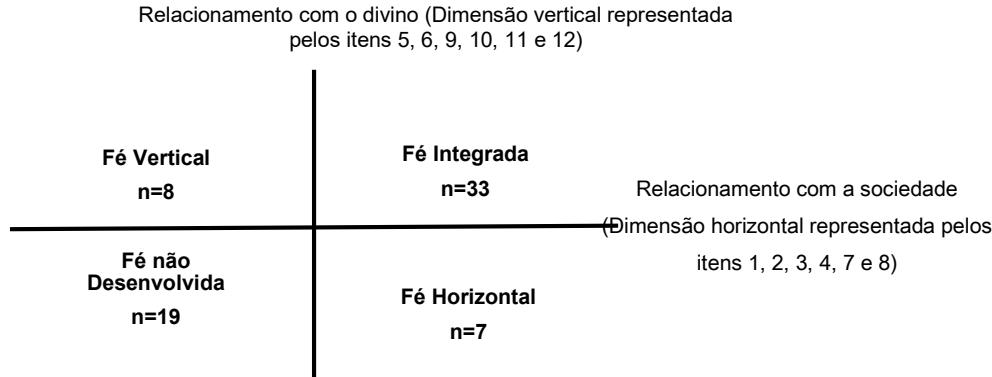


Figura 4 – Tipos de religiosidade dos pesquisados

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Conforme se observa na figura 4 e na Tabela 2, os resultados do estudo revelam que 49,3% dos alunos pesquisados se encontram no grupo de fé Integrada, o que indica um nível de maturidade quanto a sua fé e seu interesse pelos outros (preocupações sociais). Outro dado que chamou a atenção foi a participação expressiva de alunos que não possuem a sua fé desenvolvida (28,4%).

Tabela 2 – Caracterização dos respondentes quanto ao tipo de religiosidade.

Tipo de religiosidade	Frequência	Percentual
Fé Integrada	33	49,3
Fé Vertical	8	10,4
Fé Horizontal	7	11,9
Fé Não Desenvolvida	19	28,4
TOTAL	67	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Ao analisar a tabela 3, a qual demonstra o tipo de religiosidade por tipo de religião, vê-se que a maioria dos católicos (53,3%) e evangélicos (72,7%) estão classificados no grupo *Fé Integrada*. Esse resultado se encontra alinhado com a natureza das respectivas crenças, as quais enfatizam a adorar a Deus e amar o próximo como a si mesmo. Os estudantes classificados nesse grupo, estão inclinados a ter um relacionamento íntimo com Deus (ou o seu ponto de referência), assim como a comprometer-se com as relações sociais.

No que tange aos indivíduos que afirmaram não ter religião, destaca-se que a maioria se encontra classificado no grupo *Fé Não Desenvolvida* (60,0%) e no grupo *Fé Horizontal* (20,0%). Salienta-se que alguns indivíduos que afirmaram não deter religião, se encontram no grupo de *Fé Integrada* e *Fé Vertical*, demonstrando que apesar de declarar não crer em religiões, os mesmos evidenciam crer em algum ponto de referência metafísico.

Tabela 3 – Caracterização dos respondentes quanto ao tipo de religiosidade e tipo de religião.

Tipo de Religiosidade	Tipo de Religião				Total
	Católico Romana	Evangélico	Sem Religião		
Fé Integrada	Frequência	16	16	1	33
	%	53,3	72,7	6,7	49,3
Fé Horizontal	Frequência	2	2	3	7
	%	6,7	9,1	20,0	10,4
Fé Vertical	Frequência	4	2	2	8
	%	13,3	9,1	13,3	11,9
Fé Não Desenvolvida	Frequência	8	2	9	19
	%	26,7	9,1	60,0	28,4
Total	Frequência	30	22	15	67
	%	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

4.3 O RACIOCÍNIO MORAL DOS ALUNOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS CONFORME DIT-2

Conforme orientações contidas no guia de uso do DIT-2 elaborado por Reste e Narvaez (1998), os questionários foram sujeitos à verificação das condições de aceitabilidade, sendo considerados apenas os questionários que preenchessem as condições estabelecidas. Após a checagem das exigências verificou-se que apenas 1 questionário foi invalidado.

O *alfa de Cronbach* foi calculado por item, separando em cada história dentre os 12 itens, aqueles que correspondiam a cada esquema moral. Por exemplo, para o cálculo do alfa do nível de manutenção das normas selecionou-se nos 5 dilemas aquelas afirmações que correspondiam ao estágio 4. Como segue: Na primeira história, intitulada A fome – foi selecionada a afirmação 3; Repórter – 7; Distrito Educacional – 1, 5 e 8; Câncer – 1 e 11; O Protesto – 1, 10, e 12. Por meio desse procedimento acessou-se a pontuação bruta e não ponderada, de cada esquema (interesse pessoal, manutenção das normas e pós-convencional) de todas as histórias. Os seguintes valores foram obtidos (Tabela 7):

Tabela 4 – Coeficiente do Alfa de Cronbach dos esquemas do DIT-2.

Esquemas Morais	Alfa de Cronbach
Interesse pessoal	0,63
Manutenção das normas	0,43
Pós-convencional	0,60

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Conforme se observa na Tabela 4, os coeficientes de Alfa revelam-se abaixo dos obtidos por Rest et al. (1999), que obtiveram em relação ao DIT-1 ($\alpha=0,78$) e ao DIT-2 ($\alpha=0,70$), os citados autores também destacam que quanto maior for o nível de julgamento moral, mais consistentes serão as respostas dos pesquisados. Um dos motivos para estes resultados pode ser atribuído ao tamanho da amostra, conforme esclarecem Bebeau e Thoma (2003) no guia para o DIT-2, em que o alfa não é particularmente forte para amostras pequenas.

**Tabela 5 – Esquemas predominantes de juízo moral por Tipo.
(Continua...)**

Esquema Predominante	Tipo de indicador	Fases do esquema	Frequência	%	Total	%
Interesse pessoal	Tipo1	Interesse pessoal	3	4,5	25	37,9
	Tipo2	Interesse pessoal, mas em transição	22	33,3		
	Tipo3	Manutenção das normas, mas em transição, detendo o interesse pessoal como segundo esquema	12	18,2		
Manutenção das normas	Tipo4	Manutenção das normas consolidado	3	4,5	26	39,4
	Tipo5	Manutenção das normas, mas em transição, detendo como segundo esquema o pós-convencional	11	16,7		

**Tabela 5 – Esquemas predominantes de juízo moral por Tipo
(Conclusão).**

Esquema Predominante	Tipo de indicador	Fases do esquema	Frequência	%	Total	%
Pós-convencional	Tipo6	Pós-convencional, mas em transição	10	15,2	15	22,7
	Tipo7	Pós-convencional consolidado	5	7,6		
Total			66	100,0	66	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Em relação aos esquemas morais predominantes na análise do juízo moral, destaca-se que do total dos indivíduos pesquisados, 25 (37,9%) estão enquadrados no esquema de interesse pessoal ou pré-convencional. Dos que estão classificados nesse esquema, 3 (4,5% da população total) estão classificados como tipo 1 (interesse pessoal) e 22 (33,3% da população total) como tipo 2 (predominante em interesse pessoal, mas em transição). Os indivíduos classificados no esquema de interesse pessoal, quando expostos a crises éticas, tendem a privilegiar seus próprios interesses e só agirão corretamente se for para fugir de punições.

Em sequência, 26 indivíduos (cerca de 39,4% da população total), encontra-se classificada no esquema de manutenção das normas, sendo 12 (18,2% da população total) classificados no tipo 3 (predominante em manutenção das normas, mas em transição);

3 (4,5% da população total) classificados no tipo 4 (manutenção das normas consolidado); e 11 (16,7% da população total) classificados no tipo 5 (predominante em manutenção das normas, mas em transição). No esquema de manutenção das normas o indivíduo tende a se orientar por leis e normas, mesmo que estas sejam más ou injustas, detendo respeito pela autoridade, por regras fixas e pela manutenção da ordem social.

No que tange ao esquema pós-convencional, cerca de 15 indivíduos (22,7% do total dos pesquisados) estão classificados neste nível. Destes, 10 (15,2% da população total) estão classificados no tipo 6 (pós-convencional, mas em transição) e 5 (7,6% da população total) estão classificados no tipo 7 (pós-convencional consolidado). O nível pós-convencional é o nível mais avançado do raciocínio moral, o indivíduo que se encontra neste nível detém a capacidade de distinguir

entre o que é legal e o que é moral, percebendo que as obrigações morais devem se basear em ideais partilhados, ou seja, existe uma crença racional na validade dos princípios morais universais, assim como o respectivo compromisso para os defender.

Complementando o assunto, a tabela 6 demonstra que a maioria dos alunos pesquisados se encontram no esquema de manutenção das normas, o que implica dizer que este é o tipo mais predominante na presente pesquisa.

Tabela 6 – média e desvio padrão dos alunos respondentes por esquema predominante.

Esquema Predominante	X	S
Interesse pessoal	32,91	12,27
Manutenção das normas	33,44	13,63
Pós-convencional	27,86	12,48

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Destaca-se que uma considerável parte dos indivíduos pesquisados foram apontados como em transição, significando que o sujeito tem preferência por um determinado estágio, porém ainda não se solidificou nele, exibindo também características de outro estágio.

4.4 ANÁLISE DA HIPÓTESE

Para aferir o tipo de relação existente entre a religiosidade e os esquemas de raciocínio moral, utilizou-se o coeficiente de correlação não-paramétrico de *Spearman* (*rs*), o qual não supõe que a relação entre as variáveis seja linear, e nem que sejam medidas em intervalo de classe. Pontes (2010) ao tratar sobre este coeficiente, destaca que o mesmo é utilizado em substituição ao coeficiente de correlação de *Pearson* (*r*), dentre outros casos quando envolve poucos pares de dados.

Tabela 7 - Coeficientes de correlação de spearman entre a religiosidade e os esquemas morais.

Esquemas Morais	Religiosidade	
	Coefficiente de Correlação	-0,051
Interesse pessoal	Sig. (2 extremidades)	0,682
	N	66
	Coefficiente de Correlação	0,163
Manutenção das normas	Sig. (2 extremidades)	0,192
	N	66
	Coefficiente de Correlação	-0,194
Pós-convencional	Sig. (2 extremidades)	0,119
	N	66

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Conforme demonstra a Tabela 7, o coeficiente de correlação apresentou valores de baixa intensidade, não podendo assim, ser aferida uma relação direta entre a religiosidade e os níveis de raciocínio moral, existindo apenas uma associação de baixa intensidade e ligeiramente inversa nos esquemas de interesse pessoal e pós-convencional, não sendo possível, no presente caso, estimar nem prever os resultados de uma variável a partir de outra. Todavia, com a prudência

necessária, mesmo apresentando baixa intensidade nos valores de correlação, pode-se inferir algumas observações para a interação da religiosidade e os esquemas morais.

Dessa maneira, conforme visto, e considerando a tênue intensidade da correlação, a religiosidade e o esquema de interesse pessoal se relacionam inversamente, o que pode indicar que quanto maior a religiosidade, menos propenso é ao indivíduo

pensar em si mesmo. No que tange ao esquema de manutenção das normas, a relação foi positiva, inferindo que maiores níveis de religiosidade podem proporcionar ao indivíduo maior noção de dever e compromisso com as leis. Já o esquema pós-convencional e a religiosidade se associaram inversamente, salientando que estamos perante valores de fraca intensidade, assim, quanto maior a religiosidade possivelmente menor será a crença do indivíduo racional na legitimidade dos princípios morais universais, assim como o respectivo compromisso para os defender.

Neste norte, pode-se afirmar que a religiosidade não condiciona de forma significativa os valores encontrados nos esquemas morais, o que não torna possível corroborar a hipótese de que há uma relação entre a religiosidade e o raciocínio moral dos alunos de Ciências Contábeis. Esses achados convergem para os resultados encontrados por Anjos et al. (2011), Hickman (2013) e Gorjidooz e Greenman (2014).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo verificar a relação entre a religiosidade e o raciocínio moral dos alunos de Ciências Contábeis, tendo em vista que estes serão os futuros contadores e auditores, salientando que os valores pessoais de um indivíduo desempenham papel de relevante importância em sua conduta ética.

Conforme revelam os resultados, quanto a religiosidade, tem-se que a maioria dos indivíduos pesquisados se encontram no grupo de fé integrada, indicando um nível de maturidade quanto a sua fé no metafísico e seu interesse pelos outros (preocupações sociais). Outro ponto a se destacar é a participação expressiva de alunos que não possuem a sua fé desenvolvida, sendo este grupo formado em sua maioria por pessoas que se auto afirmaram não deter crença em religiões.

No que tange ao raciocínio moral dos pesquisados, a maioria foi classificada no nível de manutenção das normas, o que indica que para a maioria dos indivíduos o cumprimento das leis e normas é o mais importante, mesmo que estas sejam más ou injustas. Todavia quando se analisa os indivíduos por tipo, constata-se que a maioria (33,3% da

população total) está contida no tipo 2 (interesse pessoal, mas em transição), os indivíduos deste tipo quando envolvido em dilemas morais, tendem a privilegiar seus próprios interesses.

Estes dados refletem uma de crise de valores, assim como revela a carência por parte dos futuros contabilistas da capacidade de sensibilizar questões éticas, o que reforça a importância de se conhecer as variáveis que formam os padrões éticos dos alunos por parte das Instituições de Ensino Superior, a fim de se desenvolver um currículo ético apropriado, conforme destacam também os achados de Anjos et al. (2011) e Lopes et al. (2006).

A hipótese colocada foi na direção de que há uma relação entre a religiosidade e o raciocínio moral dos alunos de Ciências Contábeis. Desse modo, os resultados revelaram que a religiosidade não condiciona de forma significativa os valores encontrados nos esquemas morais, uma vez que a relação entre ambas as variáveis não se mostrou significativa. Estes achados convergem para os resultados encontrados por Anjos et al. (2011), Hickman (2013) e Gorjidooz e Greenman (2014).

Quanto as limitações do presente estudo, aponta-se o caráter reduzido da amostra, pois esta representa uma população restrita, ficando os resultados aqui apresentados ficam limitados à amostra analisada. Desse modo, estes resultados estão distantes de serem conclusivos, tornando-se necessárias mais investigações a respeito do tema, pois como se observa o presente estudo é exploratório.

Enfim, acredita-se que a presente pesquisa tenha contribuído para uma melhor reflexão sobre o raciocínio moral dos futuros profissionais contabilistas, salientando que a conduta ética é o pilar no qual uma profissão se estabelece. Todavia denúncias de corrupção e fraudes envolvendo profissionais contabilistas tem-se tornado rotina, dessa maneira cabe a todos nós pesquisadores, profissionais e professores contribuir para que esse quadro seja revertido.

REFERÊNCIAS

- ABDOLMOHAMMADI, Mohammad J.; READ, William J.; SCARBROUGH, D. Paul. Does selection-socialization help to explain accountants 'weak ethical reasoning? *Journal of Business Ethics*, v 42, p. 71 - 81, 2003.
- ALVES, Francisco José dos Santos. **Adesão do contabilista ao Código de ética da sua profissão:** um estudo empírico sobre percepções. 2005. 273 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Programa de Pós-graduação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- AMERNIC, Joel; CRAIG, Russel. Reform of accounting education in the post-enron era: moving accounting 'out of the shadows'. **ABACUS**. v. 40. n. 3. p. 342-378. 2004.
- ANJOS, Luiz Carlos Marques dos; SILVA, Daniel José Cardoso da; RANCIARO NETO, Adhemar; MIRANDA, Luiz Carlos. Código de Ética e o Comportamento Ético na Vida Pessoal: Um Estudo Junto a Pessoas Envolvidas Com a Contabilidade. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 5, n. 2, pp. 4-19 Bahia, 5 maio-ago. 2011.
- ANTONOVZ, Tatiane. **Atitudes éticas dos contadores:** evidências recentes de uma pesquisa com alunos e profissionais. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – curso de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- BAY, Darlene D.; GREENBERG, Robert R. The Relationship of the DIT and Behavior: A Replication. **Issues in Accounting Education**, v. 16, n. 3, p. 367-380. Aug. 2001.
- BEBEAU, Muriel J; THOMA, Stephen J. **Guide for DIT 2:** a guide for using the Defining Issues Test, Version 2 ("DIT-2") and the scoring the service of the Center for the Study of Ethical development. Minneapolis: Center for the Study of Ethical Development, University of Minnesota, 2003.
- BENSON, P. L.; DONAHUE, M. J.; ERICKSON, J. A. The Faith Maturity Scale: Conceptualization, Measurement and Empirical Validation. **Research in the Social Scientific Study of Religion**. n. 5, p. 1-26. 1993.
- BIAGGIO, Angela Maria Brasil; SHIMIZU, A. M.; MARTINEZ, T. M. DIT-2 Opiniões sobre problemas sociais: Tradução e adaptação do Defining Issues Test-2. **Minneapolis, MN, USA:** Center for the Study of Ethical Development- University of Minnesota. (Autores da versão original: J. Rest & D. Narvaez,1998) [Links], 2001.
- BONAWITZ, M. F. **Analysis and Comparison of the Moral Development of Students Required to Graduate with an Ethics Course.** DBA, College of Business Administration, Florida International University, Miami, Florida, USA, 2002.
- CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Ática, 1994.
- CONROY, Stephen J.; EMERSON, Tisha L. N. **Business ethics and religion:** religiosity as a predictor of ethical awareness among students. **Journal of Business Ethics**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, v. 50, n. 4, p. 383-396. Apr. 2004.
- CRONBACH, L. J. Coefficient alpha and the internal structure of tests. **psychometrika**, v. 16, n. 3, p. 297-334, 1951. Disponível em:<<http://link.springer.com/article/10.1007%2F02310555#page-1>>. Acesso em: 20 nov. 2015.
- EMERSON, Tisha; STANLEY, Charles W.; L. N.; CONROY, Stephen J. Ethical attitudes of accountants: recent evidence from a practitioners' survey. **Journal of Business Ethics**, v. 71, p.73 - 87, 2007.
- FORD, C. Robert; RICHARDSON, Woodrow D. **Ethical decision making:** a review of the empirical literature. **Journal of Business Ethics**, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, v 13, n 3, p. 205-221, mar. 1994. Disponível em:<[http://www.bus.ucf.edu/faculty/rfolger/file.axd?file=2013%2F9%2FFord%26Richardson\(1994\)Ethical+decision+making%2C+review+of+the+empirical+literature.pdf](http://www.bus.ucf.edu/faculty/rfolger/file.axd?file=2013%2F9%2FFord%26Richardson(1994)Ethical+decision+making%2C+review+of+the+empirical+literature.pdf)> Acesso em: 12 nov. 2013.
- FRANCIS, Jere R. After virtue? Accounting as a moral and discursive practice. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 3, n. 3, p. 5-17. 1990. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/09513579010142436>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

Enf.: Ref. Cont.	UEM - Paraná	v. 35	n. 3	p. 83-101	setembro / dezembro 2016
------------------	--------------	-------	------	-----------	--------------------------

GORJIDOOZ, Javad; GREENMAN, Cindy. Marital Status, Religiosity, and Experience as a predictor of ethical awareness among accounting professionals. **Journal of Business & Economics Research**, v. 12, n. 2, Aug. 2014.

HICKMAN, Melissa S. Ethical Reasoning of Accounting Students: Does Religiosity Matter? **International Journal of Business and Social Science**, v. 4, n. 6. Jun. 2013.

HO, Yi-Hui. Associations between the religious beliefs and ethical reasoning abilities of future accounting professionals. **Social Behavior and Personality**, v. 37, n. 5, p. 673-678. jun. 2009.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab.xls.shtm>. Acesso em: 07 fev. 2015.

JONES, Thomas M. Ethical decision making by individuals in organizations: na issue-contingent model. **The Academy of Management Review**. New York: **Academy of Management**, v. 16, n. 2., p. 266-395, Apr. 1991.

KADOOKA, Aline. **Relações entre os estilos parentais e juízo moral de adolescentes**. 2015. 121f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2015.

KOHLBERG, L. **Essays on Moral Development. In The Philosophy of Moral Development**, v. 1. San Francisco: Harper & Row, 1981.

_____. **Psicología del desarrollo moral**. Bilbao, Espanha: Editorial Desclée de Brower, 1992.

LA TAILLE, Yves de. Prefácio da edição brasileira de O Juízo Moral na Criança de Piaget. In: PIAGET. (Org.). **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994. p. 7-22.

LOE, Terry W. et al. *A review of empirical studies assessing ethical decision making in business*. **Journal of Business Ethics**. Kluwer Academic Publishers, v. 25, p. 185-205, 2000.

LOPES, Jorge E. de G.; R. FILHO, José F.; VASCONCELOS, Marco, T. de C.; PEDERNEIRAS, M. M. Macêdo. Uma análise avaliativa de atitudes de estudantes de ciências contábeis e dilemas éticos sob uma perspectiva de gênero, maturidade acadêmica e ambiente institucional. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.51, p. 209-222, abr./jun. 2006.

LOWA, Mary; DAVEY, Howard; HOOPER, Keith. Accounting scandals, ethical dilemmas and educational challenges. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 19, n. 2, p. 222–254, Jan./Feb. 2008.

LOWERY, C.; BEADLES, N. Differences between work-related ethics and non-work ethics, and the effects of religiosity. **Journal of Managerial Issues**, v. 21, n. 3, p. 421-435. Sep. 2009.

PANZINI, R. G. et al. Qualidade de vida e espiritualidade. **Revista de psiquiatria clínica**, v.34 supl.1, 2007.

PONEMON, L. Ethical reasoning and selection-socialization in accounting. **Accounting, Organizations and Society**, v. 17, n. 3/4, p. 239-258, 1992.

PONTES, Antônio Carlos Fonseca. Ensino da correlação de postos no ensino médio. In: CONGRESSO SINAPE, 19, jul. 2010. **Anais eletrônicos...** São Pedro: 2010. Disponível em: <<http://www.ime.unicamp.br/sinape/19sinape/nоде/905>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

RESENDE, Paulo Jorge Ramos Duarte Fortes. **Dissonância entre cognição e acção moral na conduta académica e sua relação com o nível de desenvolvimento moral**. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação Social) – Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, 2011.

REST, J. **Moral Development: Advances in Research and Theory**. New York, New York, USA: Praeger, 1986.

_____; NARVAEZ, D. Guide for DIT-2. **Center for the Study of Ethical Development**, University of Minnesota. Minneapolis, MN, 1998.

; NARVAEZ, Darcia; BEBEAU, Muriel; THOMA, Stephen. A neo-Kohlbergian approach: The DIT and schema theory. **Educational Psychology Review**, v. 11, n. 4, p. 291-324, 1999.

SÁ, Antonio Lopes de. **Ética profissional**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SAAT, Maisarah Mohamed; PORTER, Stacey; WOODBINE, Gordon. Does religiosity influence ethical sensitivity? An investigation on Malaysian future accountants. **Malaysian Accounting Review**, v. 8, n. 1, p. 17-41, Dec. 2009.

SHIMIZU, Alessandra de Morais. **Defining Issues Test-2**: fidedignidade da versão brasileira e ponderações acerca de seu uso em pesquisas sobre moralidade. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, 2004.

SILVA, R. R.; SIQUEIRA, D. Espiritualidade, religião e trabalho no contexto organizacional. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14 n. 3, p. 557-564. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v14n3/v14n3a17.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

SMITH, L. Murphy, et al. Do Gender, educational level, religiosity, and work experience affect the ethical decision-making of U.S. accountants? **Critical Perspectives On Accounting**, v.18, 2007, p. 299-314.

Endereço dos Autores:

Universidade Federal da Paraíba
Cidade Universitária, João Pessoa-PB
CEP: 58.051-900